
AULAS ABIERTAS
Profesores viajeros y renovación
de la enseñanza secundaria
en los países ibéricos (1900-1936)



Edición de
LEONCIO LÓPEZ-OCÓN
VÍCTOR GUIJARRO
MARIO PEDRAZUELA

Aulas abiertas

Profesores viajeros y renovación de la enseñanza secundaria
en los países ibéricos
(1900-1936)

Leoncio López-Ocón
Víctor Guijarro
Mario Pedrazuela
editores

DYKINSON

2018

Este libro ha contado con una ayuda del Proyecto “Dinámicas de renovación educativa y científica en las aulas de bachillerato (1900-1936): una perspectiva ibérica” (ref. HAR2014-54073-P), financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad (España).

Historia de las Universidades, 47
ISSN: 1886-0710

© 2018 CSIC, Archivo CCHS, para la imagen de cubierta
© 2018 Autores

Editorial Dykinson
c/ Meléndez Valdés, 61 – 28015 Madrid
Tlf. (+34) 91 544 28 46
E-mail: info@dykinson.com
<http://www.dykinson.com>

Preimpresión: TALLERONCE

ISBN: 978-84-9148-915-3
Depósito Legal: M-37442-2018

Versión electrónica disponible en e-Archivo
<http://hdl.handle.net/10016/27684>



Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 3.0 España

Entre rupturas e continuidades. A Junta de Educação Nacional (1929-36) e a renovação pedagógica e científica liceal

QUINTINO MANUEL JUNQUEIRA LOPES

Na historiografia portuguesa, independentemente do posicionamento político e ideológico dos autores, o ano de 1930 é usualmente associado à publicação do Acto Colonial (Rosas 1994: 283-285; Serrão 2000: 304-306; Ramos 2010: 658-661). Advogando que “é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”, o Acto Colonial estatui uma política integracionista e centralizadora para os territórios sob dominação portuguesa, marcando o “renascer do Império” (Rosas 1994: 283-291)⁷⁰. Esta importância conferida ao “Império Colonial Português” na Ditadura Militar (1926-33) e Estado Novo (1933-74) contribuirá para a tese historiográfica de que nesse intervalo temporal, particularmente nos anos trinta e quarenta, Portugal possuía uma feição exclusivamente atlântica e colonial (Pereira 2013a; Teixeira 2010: 51-60).

Numa perspectiva mais abrangente, ainda no âmbito da historiografia política, cultural e das relações internacionais, a ideia de uma Nação desinteressada das questões continentais europeias associa-se a outras prerrogativas: o país rural, tradicional, isolado e pitoresco. Para esta imagem do país, ainda actualmente veiculada pela historiografia dominante, contribuiria a propaganda Estado-novista e os supostos níveis residuais de investimento estatal na investigação, os quais perpetuariam a “periferia” científica e pedagógica de Portugal (Serra 2011: 1372-1384; Melo 2001; Ó 1999)⁷¹ (vid. fig. 2).

As rupturas impostas pela ditadura ao cosmopolitismo herdado da I República (1910-26) sentir-se-iam ainda, em termos educativos, nas reformas que

⁷⁰ *Diário do Governo*, 08-VII-1930.

⁷¹ Para a contestação da tese do atraso científico português, particularmente nos anos trinta do século XX, ver Lopes 2017b. Entre muitos outros estudos possíveis de indicar contrariando o modelo defensor de transferências unidireccionais de conhecimentos do “centro” para a “periferia”, pela ideia da circulação do conhecimento, ver Gootenberg 2007: 202-232; Roberts 2009: 9-30; Secord 2004: 654-672.

desmantelariam a “escola republicana” (Nóvoa 1996: 286-288). Sendo esta caracterizada pela laicidade, autonomia, descentralização e maior difusão do ensino oficial, coeducação, ensino científico e experimental, inspecções médico-escolar, ensino ao ar livre, ginástica, jogos, música, trabalhos manuais e excursões, reconhece-se a importância da legislação na sua extinção (Proença 2013: 1142-1148; 2009: 169-189; Carvalho 1996: 651-718; Valente 1973: 80-97, 129-134). Exemplificativo será a posição inicial da Ditadura Militar relativamente à coeducação:

A primeira providência tomada pelo novo regime em matéria de instrução, isoladamente, fora de qualquer contexto legislativo reformador dos estudos, decorridos apenas onze dias depois do levantamento militar, vivendo-se ainda em fase dubitativa da organização do Governo, foi a proibição da coeducação no ensino primário elementar. Os novos dirigentes consideravam de tal gravidade a presença de meninos e de meninas nas mesmas salas de aulas, tanto receavam de tamanha promiscuidade que, mal se sentaram no poder, com permanência nele apenas de escassos dias (pois foram em número de três os ministros da Instrução desde 28 de Maio até 19 de Junho seguinte), logo decretaram a separação dos sexos nas escolas primárias elementares. A disposição legal tem a data de 8 de Junho de 1926 e nele se determina que em todos os centros populacionais com mais de 9500 habitantes se proceda àquela separação, a não ser que seja de todo impossível, no local, a existência de duas escolas, uma masculina e outra feminina (Carvalho 1996: 728-729).

Embora referente a um nível de ensino distinto do descrito, o liceal – sobre o qual também se reconhece que a Ditadura Militar e o Estado Novo, no seu início, decretam a sua extinção nos moldes herdados da I República –, a tese de João Barroso modela a interpretação linear da realidade educativa na ditadura, ao advogar que os liceus possuem uma História que não corre, necessariamente, ao ritmo das mudanças da conjuntura e dos regimes políticos, derivando mais das estratégias dos actores do que de reformas (Barroso 2013: 1180). A densificação do panorama educativo português que esta tese comporta reflecte-se na actividade da Junta de Educação Nacional – instituição de política científica cujo funcionamento, entre 1929 e 1936, projectará interna e externamente a imagem de um país na senda do progresso científico e pedagógico.

A Junta de Educação Nacional e a europeização de Portugal: o ensino liceal

Antevendo a existência de continuidades científicas e pedagógicas na alternância dos regimes políticos, a Junta de Educação Nacional, embora correspondesse a um propósito da I República, nunca concretizado por esse regime, foi criada pela Ditadura Militar em Janeiro de 1929. Perdurando no Estado Novo até Abril de 1936, quando é extinta e substituída pelo Instituto para a Alta Cultura, esta instituição consistirá no primeiro organismo português de planificação e financiamento da investigação científica (Lopes 2017a: 71-85).

O conhecimento que os seus dirigentes possuem da actividade de instituições congêneres internacionais, particularmente da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e do Fonds National de la Recherche Scientifique, instituições espanhola e belga, respectivamente, permitirá à Junta de Educação Nacional visar a europeização científica e pedagógica de Portugal. Nesse sentido, esta organização instituiu uma política científica que pressupunha a concessão de bolsas de longa duração no estrangeiro, permitindo aos investigadores portugueses especializarem-se científica e pedagogicamente. Usualmente sucedidas de extensas bolsas de estudo em Portugal, estes apoios, em articulação com o financiamento das instituições científicas nacionais a que os investigadores estavam filiados, visavam a prossecução dos estudos previamente iniciados no estrangeiro. Por fim, a Junta de Educação Nacional dispunha de “Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual”, pelos quais se promovia a internacionalização do conhecimento produzido em Portugal (Lopes 2017a: 71-85).

Relativamente à concessão de longas bolsas de estudo no estrangeiro, a apropriação do modelo de financiamento da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas determinará que, à imagem dos bolseiros de investigação espanhóis, também entre os portugueses a Europa além-Pireneus consista no espaço por excelência da desejada actualização pedagógica e científica⁷². A esse propósito, o caso de estudo da Pedagogia assume-se como exemplar. As dezasseis bolsas de estudo concedidas na Bélgica, seguidas de oito bolsas na Suíça, justificam-se pela presença prolongada de professores liceais, primários e infantis, entre outros, numa instituição de referência da Educação Nova – o Institut Jean-Jacques Rousseau, em Genebra –, e pelos estágios sob a

⁷² O termo “apropriação”, em oposição à ideia de “transmissão”, é aplicado por Gavroglu *et al.* 2008: 153-175.

Quadro 1. Distribuição de bolsas de longa duração por países (Junta de Educação Nacional – 1929-36)

	Alemanha	Áustria	Bélgica	Dinamarca	Escócia	Espanha	EUA	França	Holanda	Inglaterra	Itália	Jugoslávia	Polónia	Suécia	Suíça
Ciências	24	1	2	0	0	8	0	41	0	25	1	0	0	0	2
Direito	2	0	1	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	6
Engenharia	11	0	1	0	0	0	0	14	0	3	0	0	0	0	2
Engenharia agrónómica	4	0	0	0	2	2	3	6	0	11	2	0	0	2	0
Farmácia	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Letras	27	4	4	0	0	18	0	23	0	6	4	0	0	0	2
Medicina	35	8	10	0	0	5	2	38	0	9	13	5	1	0	5
Pedagogia	0	0	16	1	0	3	0	5	2	2	2	0	0	3	8
Total	104	13	34	1	2	36	5	130	2	58	22	5	1	5	25

Fontes: AIC, Arquivo Instituto Camões, Processos individuais dos bolseiros; Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional 1929-35; Livro de Actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional e da Direcção do Instituto para a Alta Cultura 1935-42. Observações: em 1936 registam-se as concessões de bolsas novas e de renovações somente até 10 de Abril, quando a Junta de Educação Nacional é extinta.

supervisão de Ovide Decroly na École de l'Ermitage, em Bruxelas. Na prática, e numa perspectiva comparada entre o *modus operandi* da Junta de Educação Nacional e da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, a preponderância do prestígio e qualidade reconhecida aos investigadores e instituições de acolhimento determina que os bolseiros portugueses e espanhóis, em Pedagogia, se cruzem nas instituições referidas (Lopes 2017b: 35-43).

A importância que os dirigentes da instituição portuguesa atribuem a estes e outros estágios prolongados na introdução de inovações pelos próprios professores, em contraposição à influência exercida pelo quadro legal na alteração do “ambiente escolar”, pode ser aferida na ideia veiculada pelo 1.º secretário da Junta de Educação Nacional, Luís Robertes Simões Raposo, em 1930.

Sob o ponto de vista pedagógico a actividade da Junta de Educação Nacional tem obedecido também ao pensamento de que o processo mais rápido, mais económico e mais eficaz de remediar as deficiências e atender às dificuldades do ensino público, reformando-o nos seus intuítos e nos seus métodos, consiste em melhorar a preparação pedagógica e científica do pessoal docente, fazendo-o aproveitar a experiência dos centros mais progres-

sivos e remodelando a sua mentalidade pela aquisição de novos hábitos e nova disciplina de trabalho...

De acordo com esta orientação ... se conseguirá, decerto, modificar, pouco a pouco, o ambiente escolar, que é sempre mais influenciado pela personalidade dos professores do que pela legislação. Esta pode remover obstáculos ou remediar inconvenientes de organização reconhecidos na prática, pode trazer maiores facilidades ao labor científico e pedagógico, mas não completa preparações insuficientes, não aperfeiçoa métodos de trabalho, nem renova tendências e por isso, pelo seu carácter geral e impessoal, deixa quase inalterada a escola que pretendia reformar e que irá adaptar-se às novas normas com os antigos defeitos, porque a escola valerá sempre o que valerem os mestres e as qualidades destes não mudam ao sabor das leis⁷³.

Se os docentes e investigadores universitários representavam 54% dos bolsheiros externos de longa duração da Junta de Educação Nacional, os professores liceais consistiam no segundo grupo profissional mais representado (14%). Entre estes, e a título exemplificativo da importância dos seus estágios externos na desejada renovação pedagógica e científica liceal, destaquem-se José Claudino Rodrigues Miguéis e Flávio Ferreira Pinto Resende.

Considerar o caso de estudo de Rodrigues Miguéis pressupõe atender à criação e actividade do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica – instituição que se configurando enquanto escola de ensaio pedagógico e centro de investigação implicará o patrocínio da sua criação e actividade pela Junta de Educação Nacional. Localizado no Largo Trindade Coelho, n.º 21, 2.º andar, em Lisboa, o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica é dirigido pelo mais prestigiado representante português da Educação Nova, Faria de Vasconcelos, o qual refere estar o instituto organizado pedagogicamente nas seguintes secções: “crianças anormais”, “crianças atrasadas quer no desenvolvimento mental, quer nos estudos”, “crianças normais, mas necessitando de um regime especial de trabalho”, “crianças débeis cujo desenvolvimento físico reclama cuidados especiais” e “crianças com deficiências parcelares: linguagem, memória, atenção”.

Sendo o estado do seu desenvolvimento, as causas, a natureza e amplitude das suas deficiências e lacunas determinadas por um exame prévio – clínico, físico, mental e pedagógico –, do seu resultado e das capacidades das crianças decorre o tratamento, correcção, educação e ensino a adoptar. Compreendendo o “tratamento clínico, físico e pedagógico” ginástica médica, raios ultravioletas, hidroterapia, ginástica natural, jogos e trabalhos manuais, exercí-

⁷³ Junta de Educação Nacional 1930: 12-13.

cios especiais de educação psíquica ou aquisição de noções e conhecimentos correspondentes aos graus infantil e primário, ainda de acordo com Faria de Vasconcelos a sua prescrição é possível porque o financiamento da Junta de Educação Nacional assegura ao instituto a permanência num espaço “extremamente favorável”, central, de fácil acesso e dotado das seguintes condições:

- a) de locais amplos, bem arejados e distribuídos para a realização dos seus objectivos – ginásio, salas de exercícios de reeducação mental e pedagógica, instalações hidroterápicas, gabinete de observação clínica, instalação de raios ultravioletas; b) de material, o mais moderno para diagnóstico, trabalho e ensino; c) de pessoal idóneo...⁷⁴

Entre este pessoal encontra-se precisamente o professor liceal José Claudino Rodrigues Miguéis, cujas competências adquiridas enquanto bolsheiro na Bélgica – licenciatura em Pedagogia na Universidade Livre de Bruxelas e especialização em reeducação de crianças deficientes sob a supervisão de Decroly – permitir-lhe-ão, após negociações entabuladas entre a Junta de Educação Nacional e Faria de Vasconcelos, ingressar nos quadros e promover o ensino ministrado naquela que consistiu a única escola de ensaio pedagógico criada em Portugal com o patrocínio da Junta (Lopes 2017b: 151-155).

Relativamente ao caso de estudo de Flávio Ferreira Pinto Resende, professor do Liceu Afonso de Albuquerque na Guarda, assume particular importância o testemunho de Fernando Catarino, que evidencia como perante as limitações científicas de um professor liceal português dos anos trinta, e suas repercussões na sala de aula, a Junta de Educação Nacional se afigurava como a solução.

Ouvi de Resende a razão próxima dessa decisão de interromper o serviço lectivo no Liceu para prosseguir a sua formação. Num belo dia, explicava Resende com todo o empenho e entusiasmo a matéria do programa quando, a meio da aula, um aluno distraidamente deixou escapar um bocejo, tão ruidoso, que pôs toda a turma a rir a bandeiras despregadas e o pobre aluno numa aflição sem saber onde se meter. Resende explicava logo que a culpa não era do pobre rapaz mas somente dele que não conseguia, por falta de conhecimento e experiência directa das matérias, prender-lhe a atenção e ministrar melhor ensino. Terá sido no próprio dia que se decidiu alertar a Junta de Educação Nacional expondo o problema. Por sorte, era seu

⁷⁴ Carta dirigida por Faria de Vasconcelos a Simões Raposo em 18 de Outubro de 1930 (AIC, Caixa 0459, Processo 2, Documento 6). Ver também AIC, Caixa 0459, Processo 2, Documento 10.

Presidente Celestino da Costa, que foi sensível ao pedido, possibilitando a Resende ir trabalhar para Coimbra com Quintanilha (Catarino 2001: 83).

Sobre a importância deste estágio em Coimbra na sua formação científica – o qual ocorreu enquanto equiparado a bolseiro, portanto, sem acarretar despesas para a Junta, mas contanto como de bom e efectivo serviço o período pelo qual usufruiu desta condição –, o testemunho do próprio Flávio Resende é inequívoco.

Além da técnica de laboratório que adquiri durante este ano de estágio, em que fui na maior parte das coisas iniciado, pus também em dia os meus conhecimentos de Botânica no que diz respeito a alternância de fases, citologia, sistemática dos grandes grupos e fisiologia. Aprendi genética ligada à citologia assistindo às aulas do Snr. Dr. Aurélio Quintanilha e trabalhando sempre de perto com o Snr. Dr. Abílio Fernandes.

Escusado será referir-me ao valor que este estágio teve para quem, como eu, se via embaraçado para a realização do mais elementar trabalho prático. Estou convencido que os professores dos liceus, do 6.º grupo, que, sabendo como se deve ensinar as ciências naturais, não se sentem habilitados para isso – como a mim sucedia – muito lucrariam se aqui viessem⁷⁵.

Pelas qualidades que evidencia no Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques da Faculdade de Ciências de Coimbra, Flávio Resende obtém no ano económico seguinte, em 1933-34, uma bolsa de estudo na Alemanha, onde se vem a doutorar em botânica, em 1937, na Universidade de Hamburgo⁷⁶. Desde esse momento até ao regresso definitivo a Portugal, em 1941, Flávio Resende publica catorze trabalhos nas mais conceituadas revistas germânicas (Quintanilha 1967-68: IX; Catarino 2001: 84).

A própria tese de doutoramento é publicada, na íntegra, na *Planta*, em 1937, ao tempo a melhor revista europeia que abordava os tópicos mais modernos da Botânica. A ela se segue uma série de trabalhos no campo da Citogenética, um deles publicado na *Nature* (Catarino 2001: 84).

⁷⁵ Relatório enviado ao presidente da Junta de Educação Nacional em 20 de Julho de 1933 (AIC, Caixa 1215, Processo 34, Documento 10). (Sublinhado no original).

⁷⁶ Refira-se que no primeiro ano de estadia na Alemanha Flávio Resende beneficiou ainda de uma bolsa da Alexander von Humboldt-Stiftung, funcionando a bolsa de estudo da Junta de Educação Nacional como um complemento daquela (Resende 1962: I-V; Tavares 1967-68: III-V).

Atenda-se que para a concretização destes estágios foram fundamentais os financiamentos da Junta de Educação Nacional, mas também (e sobretudo) a possibilidade que a instituição previa no seu Regulamento, ao abrigo da condição de equiparado a bolseiro, de dispensar do serviço docente os professores nas condições de Flávio Resende, mantendo-lhes todos os vencimentos e regalias. Deste modo, embora a vinda da Alemanha deste professor liceal português seja marcada pelo seu ingresso no Instituto Botânico do Porto e posteriormente na Faculdade de Ciências de Lisboa, importa-nos perspectivar o seu exemplo como um novo campo de análise para a agenda centrada nos liceus do Estado Novo. Referimo-nos à investigação promovida pelos professores liceais portugueses ou, por outras palavras, à sua profissionalização enquanto produtores de conhecimento científico, pela possibilidade que a Junta de Educação Nacional lhes conferia de dedicação à investigação no âmbito do tempo de trabalho, em detrimento do tempo livre⁷⁷.

Além da concessão de longas bolsas de estudo a professores liceais em instituições internacionais de referência, a preocupação em renovar este nível de ensino pressupõe ainda a concretização de outras práticas científicas consignadas no Regulamento da Junta de Educação Nacional. Entre estas destaque-se o financiamento de participações activas de professores do ensino liceal em congressos científicos e pedagógicos internacionais, como ocorreu com José Júlio de Bettencourt Rodrigues, professor do Liceu Central João de Deus (Faro), nos XII e XIII Congressos Internacionais do Ensino Secundário, em 1930 e 1931, em Bruxelas e Paris, respectivamente.

Tendo estagiado na Bélgica em 1907-08, onde estuda o ensino das ciências, particularmente da Química, da Física e das Ciências Naturais, José Júlio Rodrigues regressa defendendo a ideia de que os alunos, como o professor, devem participar activamente na investigação, não se limitando ao compêndio, o que, ocorrendo em Portugal, impossibilita o acompanhamento das inovações científicas. Deste modo, este professor liceal aplicará na sua prática lectiva a realização de experiências de laboratório pelos alunos, defendendo ainda a elaboração de trabalhos de grupo, os trabalhos manuais, a ginástica, as aulas com a duração máxima de quarenta e cinco minutos, a música, os jogos e as excursões como recursos didácticos, a supressão dos exames e a introdução do médico escolar (Diniz 2011: 309-331)⁷⁸.

⁷⁷ Entre outros estudos, o debate sobre os conceitos e relações entre amadores e profissionais na produção de conhecimento científico é abordado por Meyer 2008: 38-53; Stebbins 1977: 582-606.

⁷⁸ AIC, Caixa 0460, Processo 9; Caixa 0493, Processo 4.

Notoriamente influenciadas pela Educação Nova⁷⁹, algumas destas ideias – que também marcam o panorama espanhol do primeiro terço do século XX, sobretudo pela acção dos bolsieiros em Pedagogia da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas⁸⁰ – serão por si defendidas em Bruxelas, em 1930. Sobre a discussão suscitada pela questão da extinção dos exames no XII Congresso Internacional do Ensino Secundário redigiu José Júlio Rodrigues um extenso relatório que, no seu regresso, apresentou à Junta de Educação Nacional⁸¹. Tendo-se debatido “o surmenage dos alunos no ensino secundário”, o congressista português defendeu, verbalmente e por escrito – neste caso por intermédio de um relatório impresso que distribuiu pelos restantes congressistas –, que o “surmenage” consistia na quebra de rendimento de um aluno sob um grau de esforço normal e mantendo a mesma intensidade. Reconhecendo nos exames uma das suas causas propunha a sua extinção, substituindo-os por uma avaliação ocorrida no último mês ou na última quinzena lectiva, permitindo que no ambiente escolar normal os alunos pudessem ser mais eficazmente avaliados⁸².

Considerando que a intervenção pública de um intelectual como José Júlio Rodrigues forma a opinião pública, particularmente, no caso que nos atende, a dos próprios docentes do ensino liceal – que deste modo, eventualmente, modificarão as suas práticas educativas –, mais importante será destacar que a sua intervenção se repercute no espaço público português⁸³. A esse propósito considere-se o mencionado relatório que distribui pelos congressistas. Em meados de Agosto de 1930, portanto, três semanas após o fim dos trabalhos em Bruxelas, esse relatório, publicado pela editora lisboeta Imprensa Beleza, é distribuído pelos liceus portugueses, permitindo à sua classe docente contactar com as teses inovadoras propostas pelo autor ⁸⁴ (véase la fig. 3).

As conferências proferidas após o seu regresso a Portugal constituem outro meio pelo qual o professor do Liceu Central João de Deus exerce uma

⁷⁹ Sobre a Educação Nova ver Vasconcelos 2015; Wagnon 2013; Nóvoa 1990: 51-107.

⁸⁰ Entre muitos outros trabalhos possíveis de identificar ver Mainer e Mateos 2007: 191-214; Marín Eced 1990; Comas Rubí 2007: 91-115.

⁸¹ A apresentação de um relatório por parte de quem era enviado pela Junta a congressos, conferências ou missões de estudo era compulsiva, estando consignada no Regulamento da instituição (Junta de Educação Nacional 1931: 29-43).

⁸² AIC, Caixa 0460, Processo 9, Documento 6.

⁸³ Sobre a intervenção na esfera pública ver Goodman 1992: 1-20.

⁸⁴ AIC, Caixa 0460, Processo 9, Documento 6.

influência inovadora. Assumindo lugar de destaque encontram-se as que realizou na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Nos dias 8 e 12 do corrente, pelas 21 horas e meia, realizará duas conferências na ‘Sala Algarve’ da Sociedade de Geografia o ilustre professor e notável conferencista Dr. José Júlio Rodrigues, que versará na sua primeira conferência os assuntos debatidos no último Congresso Internacional do Ensino Secundário, realizado em Bruxelas, o surmenage, os edifícios e as instalações escolares sob o tríplice aspecto higiénico, estético e pedagógico. Na sua segunda conferência analisará Sua Excelência as bases da organização do nosso ensino secundário e traçará o plano de estudos que se lhe afigura mais conforme com as correntes modernistas preconizadas nos mais notáveis centros de actividade pedagógica do mundo. Como se vê deste resumido elenco, trata-se de problemas do maior interesse para o público e que estão na ordem do dia do nosso ensino secundário⁸⁵.

No ano seguinte, em 1931, enquanto relator geral do congresso, José Júlio Rodrigues participará no XIII Congresso Internacional do Ensino Secundário, no qual consegue aprovar uma resolução visando o controlo médico nos liceus. Mais importante, no entanto, será perceber como a presença financiada deste professor liceal português nos XII e XIII Congressos Internacionais do Ensino Secundário – onde defende ideias que nem a I República promulga, como seja a supressão dos exames liceais – pode ser interpretada como um foco de resistência aos decretos ministeriais. Paradoxalmente, o Estado ditatorial que promulgava a extinção da “escola republicana” sustentava uma instituição que permitia disseminar no espaço público português ideias pedagógicas que superavam algumas das mais ousadas concretizações republicanas⁸⁶.

As conferências de Adolphe Ferrière em Portugal e Espanha: um olhar cruzado

O intuito de renovar o ensino liceal, entre outros níveis de ensino, pressupõe ainda, por parte da Junta de Educação Nacional, o intercâmbio de conferencistas. Entre estes encontra-se Adolphe Ferrière, professor do Institut Jean-Jac-

⁸⁵ Nota informativa divulgando as conferências de José Júlio Rodrigues na Sociedade de Geografia de Lisboa (AIC, Caixa 0460, Processo 9). (Sublinhado no original).

⁸⁶ Refira-se que embora não tenha sido concretizada, a supressão dos exames liceais tinha sido proposta pelo próprio José Júlio Rodrigues na Comissão de Reforma do Ensino Secundário, em 1911 (AIC, Caixa 0460, Processo 9).

ques Rousseau e vice-presidente da Liga Internacional para a Educação Nova, em 1921, o qual profere conferências em Portugal e Espanha em 1930, a convite da Junta de Educação Nacional e da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, respectivamente⁸⁷. Interessante verificar que embora seja analisada isoladamente pelas historiografias portuguesa e espanhola, relacionando esta última a presença de Adolphe Ferrière em Madrid e Barcelona com o mérito que se reconhecia à Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas no Institut Jean-Jacques Rousseau, a sua passagem por Portugal e Espanha deve ser contextualizada pelo cruzamento das realidades peninsulares, associando-se à acção de Álvaro Viana de Lemos⁸⁸.

Professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra e figura destacada da Educação Nova portuguesa, Álvaro Viana de Lemos mantém uma relação epistolar com Adolphe Ferrière, que durante a sua viagem pela América Latina, em 1930, lhe envia uma missiva solicitando auxílio na realização de conferências em Portugal e Espanha.

Mes dates sont reculées d'un mois car on nous a retenus 6 semaines en Equateur et au Chili. Août sera pour l'Argentine, septembre pour l'Uruguay, octobre pour le Bresil (mais personne ne nous y envite pour le moment!) et novembre pour le Portugal et l'Espagne, si vos démarches aboutissent. Tachez de serrer la question avec le secrétaire de la JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL et écrivez à Luzuriaga et a d'autres à Madrid et Barcelone. [...]

Il faudra au Portugal et en Espagne prévoir l'entrée de mon film et d'arranger officiellement ou officieusement à ce que je n'ai pas de droits à payer⁸⁹.

Respeitando a sua vontade, Álvaro Viana de Lemos, em 6 de Setembro de 1930, dirige uma carta ao 1.º secretário da Junta de Educação Nacional, informando-o das pretensões do pedagogo suíço e alertando para a importância das

⁸⁷ Sobre a vida e obra de Adolphe Ferrière ver Hameline 1993: 379-406.

⁸⁸ Relativamente à presença de Adolphe Ferrière em Portugal, em 1930, ver Figueira 2004: 35-39; Nóvoa 1990: 61-62, 107; Monico 2005: 503-514. Sobre a sua presença em Espanha ver Marín Eced 1990: 230-232; Pozo Andrés 2003-2004: 318-324, 344-345. Álvaro Viana de Lemos foi uma das figuras mais dinâmicas da Educação Nova portuguesa, realizando viagens de estudo desde 1907 à França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha e Espanha, participando em diversos congressos pedagógicos internacionais e mantendo trocas epistolares com educadores da Europa, América, África e Índia portuguesa (Figueira 2004: 32, 38-41. Ver também Nóvoa 1990: 51-107).

⁸⁹ Carta remetida de Valparaíso (Chile) em 24 de Julho de 1930. Uma cópia desta carta encontra-se arquivada em AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 3. (Maiúsculas no original).

conferências em causa, pelo que sugere uma colaboração entre a Junta portuguesa e a Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas.

Ainda não voltei a escrever a V. Ex.^a, como devia, para lhe agradecer tudo quanto fez para facilitar a vinda a Portugal do meu amigo Dr. Agustín Nieto Caballero... e já hoje volto novamente a importunar V. Ex.^a p.^a que consiga que a 'Junta' tome também à sua conta a prestigiosa figura do Dr. Adolphe Ferrière que projecta passar por Portugal no seu regresso à Europa.

Bem me pode desculpar; mas como estou convencido que se trata de bom serviço público, que mt.^o mais que a mim pessoalmente pode aproveitar a colectividade, não hesito em, confiadamente, me dirigir de novo a V. Ex.^a [...]

Vou também dirigir-me por estes dias para Madrid e Barcelona, no sentido que Ferrière pede; mas, segundo o que a nossa 'Junta' resolver, dadas as relações directas que tem com a 'Junta de Ampliación de Estudios' talvez não fosse pior combinarem com ela a necessária acção comum, que dirigida por simples particulares isolados pode ser de efeito nulo⁹⁰.

Concretizando o proposto, e ainda em conformidade com o pedido expresso por Adolphe Ferrière, Viana de Lemos corresponde-se com alguns dos principais representantes da Educação Nova em Espanha, nomeadamente Jacobo Orellana Garrido⁹¹.

Amigo Orellana: [...]

Desearía muchísimo cambiar correspondencia frecuente con los amigos de lejos, pero la vida para nosotros los profesores y maestros portugueses es hoy muy ocupada de trabajo y preocupaciones, de tal suerte que solo por la presión de las circunstancias escribimos.

Ahora se trata por una acción común de hacer venir a Portugal y España al gran Ferrière, que desde mayo está en la América del Sur. [...] Le ruego que hable o escriba a los amigos de Educación Nueva y de Escuela Activa, etc. que V. conozca en Madrid y Barcelona para que le dirijan invitaciones más o menos oficiales para que nos visite y nos dé conferencias. [...]

El prestigio con que Ferrière nos llegará de América,... además de su palabra autorizada y convincente, viene a ayudarnos en nuestra labor de renovadores de la enseñanza, sobre los principios de la escuela nueva experimental y científica, de que tanto carecemos en nuestros países. [...]

⁹⁰ AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 1.

⁹¹ Bolseiro da Junta para Ampliación de Estudios, Jacobo Orellana Garrido interessou-se fundamentalmente pelo ensino especial e, em menor escala, pela orientação profissional (Marín Eced 1990: 290-294).

Adjuntas encontrará V. copias de cartas que he recibido de Ferrière, desde América, que servirán a V. para orientarse y como base para cualquier plan de visita de Ferrière a España⁹².

Um outro pedagogo contactado por Viana de Lemos foi Lorenzo Luzuriaga Medina, director da *Revista de Pedagogía* e colaborador de *L'Éducateur*, o boletim do Institut Jean-Jacques Rousseau (Marín Eced 1990: 230, 280)⁹³. Terá sido baseado nesta informação que, na condição de presidente da Liga Española de Educación Nova, Lorenzo Luzuriaga oficia ao presidente da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas nos seguintes termos:

La Liga Española de Educación Nueva ha tenido noticia del que el profesor M. Adolfo Ferrière se propone desembarcar en Lisboa a su regreso de varios países de Hispanoamérica donde ha dado con el mayor éxito diversos cursos y conferencias pedagógicos, y cree que esta sería una ocasión excelente para invitar a ese ilustre profesor a dar algunas conferencias en Madrid⁹⁴.

Com base neste pedido, a Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas resolveu patrocinar a deslocação de Adolphe Ferrière a Espanha, tendo a sua congénere portuguesa, após o mencionado contacto estabelecido directamente por Viana de Lemos, resolvido de modo semelhante sobre a sua presença em Portugal⁹⁵.

Vocacionadas para o desenvolvimento científico e pedagógico, a Junta de Educação Nacional e a Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas não circunscrevem a sua esfera de acção a uma política de financiamento, diligenciando na resolução de constrangimentos burocráticos. Deste modo, a fim de possibilitar a entrada do filme que o pedagogo genebrino se propõe exhibir –abordando a vida de crianças pobres numa casa de educação

⁹² Cópia da carta que Viana de Lemos remete a Jacobo Orellana Garrido em 13 de Setembro de 1930 (AJAE, Arquivo Junta para Ampliación de Estudios, http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 10/02/16).

⁹³ Sobre os contactos estabelecidos entre Viana de Lemos e Lorenzo Luzuriaga, a propósito das conferências de A. Ferrière em Portugal e Espanha, em 1930, ver AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 3; Figueira 2004: 39.

⁹⁴ Ofício de 22 de Outubro de 1930 (AJAE, http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16).

⁹⁵ AJAE, http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16; AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 2.

modelo na Suíça–, as duas instituições contactam os respectivos directores alfandegários de Portugal e Espanha⁹⁶. Superado este problema, em Portugal acresce um outro obstáculo –a censura, pelo que Simões Raposo, pragmaticamente, solicita ao inspector-geral dos Teatros permissão para exhibir o filme sem a devida “censura prévia”⁹⁷.

Bem-sucedidos, embora não coordenados –como desejava Viana de Lemos–, os esforços da Junta de Educação Nacional e da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas permitem a Adolphe Ferrière, em Novembro de 1930, proferir cinco conferências em Lisboa, Porto e Coimbra, e nove palestras em Madrid e Barcelona⁹⁸. Reconhecendo a importância da presença em Portugal de um dos mais categorizados representantes da Educação Nova, Álvaro Viana de Lemos agradece publicamente a acção da instituição que a viabilizou.

No louvável propósito de pôr os estudiosos do nosso país em contacto mais directo com o movimento mundial de renovação pedagógica, tem continuado a ‘Junta de Educação Nacional’ a convidar algumas individualidades em destaque para virem até nós expor-nos as suas ideias e o resultado dos seus estudos e experiências.

Coube agora a vez ao insigne *leader* da Educação Nova, o Dr. Ferrière, que desde o dia 4 do corrente é nosso hóspede. [...]

Sabendo-se que o Dr. Ferrière passaria em Lisboa de regresso de uma interessante e demorada digressão de propaganda e estudo por vários países da América do Sul..., seria imperdoável, dada a autoridade e prestígio de que Ferrière goza por toda a parte, que se não aproveitasse a oportunidade de o relacionar mais estreitamente com o professorado da nossa terra. Bem-haja pois a ‘Junta’⁹⁹.

Iniciando o seu périplo peninsular pela Sociedade de Geografia de Lisboa, Adolphe Ferrière realizou duas conferências nesse consagrado espaço público, assistindo-se ainda à visualização do filme, para o que a Junta de Educação Nacional intercedeu junto do seu presidente.

⁹⁶ AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 8; AJAE, http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/, Ferriere, Adolfo, Expediente JAE/55-295, consultado em 11/02/16.

⁹⁷ Pedido ocorrido em 3 de Novembro de 1930 (AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 7).

⁹⁸ O número de comunicações referenciado é indicado pelo próprio A. Ferrière (Ferrière 1931: 2-3).

⁹⁹ Lemos 1930: 181. (Itálico no original).

Incumbido da apresentação do conferente, Agostinho de Campos, vice-presidente da Junta de Educação Nacional e ex-director geral do Ensino Secundário e Superior, descreve-o como um “herói, mártir e apóstolo” do ensino. Reconhecendo que entre a “inércia, rotina e automatismo pedagógico” florescem outros mártires e apóstolos em países como a Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, não finda a sua apresentação sem referir:

Não foi para me ouvir que aqui viestes e vou, por isso, terminar; terminar lembrando, para consolação de todos nós, que também em Portugal há apóstolos, heróis e mártires da educação e do ensino, homens que têm consagrado a sua existência, com prejuízo dos seus interesses materiais, e despidos de toda a ambição de influência e poderio, ao melhoramento da educação do seu país¹⁰⁰.

Tomando a palavra, Adolphe Ferrière disserta sobre a disciplina na escola nova e se o contexto político autoritário do Portugal de 1930 poderia pressupor o acautelar do seu discurso, em conformidade com a intenção da instituição que financiava as suas conferências – a instrução da opinião pública portuguesa com as “correntes gerais do pensamento contemporâneo” –, o pedagogo genebrino recorre à palavra autorizada dos filósofos iluministas Rousseau e Montesquieu, advogando:

É comum opor à noção de liberdade a de autoridade, quando se fala de disciplina. A autoridade que se exerce sem liberdade não é mais que tirania e escravidão; mas a liberdade que desconhece a autoridade degenera em desordem, em anarquia¹⁰¹.

Nesse sentido, e embora legislativamente Portugal se encaminhasse para uma escola nacionalista e autoritária, dominada pelo carácter repressivo, Adolphe Ferrière defende que os mestres não deveriam reprimir os discípulos pela violência nem com autoritarismo – princípio a atender sobretudo no respeitante aos adolescentes, na medida em que entre os doze e os dezoito anos se manifesta propensão para a “rebelião contra a autoridade, se esta se mostra brutal e esmagadora”¹⁰² (véase la fig. 4).

¹⁰⁰ Junta de Educação Nacional 1932: 207.

¹⁰¹ Junta de Educação Nacional 1932: 208. Ver também Junta de Educação Nacional 1930: 14.

¹⁰² Junta de Educação Nacional 1932: 209. Sobre as reformas liceais de Gustavo Cordeiro Ramos e António Carneiro Pacheco, acentuando o papel ideológico da educação entre 1930

Na sua segunda palestra, após argumentar que o saber memorizado não é saber verdadeiro – que o induz a criticar os exames vigentes na época por favorecerem a “memória superficial e o raciocínio aprendido” –, alega que o eixo da escola reside na personalidade do mestre, pelo que a sua preparação deverá pressupor:

formar professores por meio de estudos de psicologia genética e pela prática em escolas experimentais; criar cursos de aperfeiçoamento para os professores durante as férias; estabelecer a seguinte classificação de professores: a) antigos não aperfeiçoados, b) antigos com diploma de aperfeiçoamento, c) professores novos saídos das Escolas Normais; formar inspectores, não meros funcionários administrativos, mas psicólogos, peritos em ‘testes’ para descobrir lacunas, propor os remédios (classes de recuperação) e acudir, se necessário for, aos médicos especialistas; [...] ter escolas especiais para débeis, retardados, crianças anormais, etc.¹⁰³.

Complementadas estas conferências com a visualização do filme “Chez nous”, a seu propósito dirige-se o 1.º secretário da Junta de Educação Nacional à assistência em termos que, implicitamente, elucidam como a acção inovadora da instituição que dirige contrapõe o ideário educativo estatal e a própria natureza do poder político que a suporta.

Quando as escolas habitam apenas a escutar e acreditar, sem discussão, nem análise, o que foi dogmaticamente afirmado, fica apenas cuidadosamente preparada uma multidão inconsciente, sem ideais e sem vontade própria, incapaz de distinguir o bem do mal e que qualquer agitador conduz, sem cansa, a todos os erros e a todos os excessos¹⁰⁴.

Posteriormente visionado em Coimbra, no Teatro Avenida, o filme de Adolphe Ferrière será, por fim, visualizado no Colégio Almeida Garrett, no Porto¹⁰⁵. Sobre este documentário e as comunicações proferidas nas três cidades portuguesas – intituladas “Autoridade e disciplina”, “A reforma pedagó-

e o fim da II Grande Guerra, ver Gomes 2014: 68-84; Nóvoa 1996: 286-288. Ver também Pereira 2013b: 59-81.

¹⁰³ Refira-se que de acordo com Adolphe Ferrière a psicologia genética estuda o crescimento psíquico da criança e do adolescente (Junta de Educação Nacional 1932: 218-220).

¹⁰⁴ Junta de Educação Nacional 1932: 213.

¹⁰⁵ AIJJR, Fonds Adolphe Ferrière, AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 20 Novembre 1930; AIC, Caixa 1226, Processo 1.

gica e a preparação dos professores”, a “Escola Activa”, “Um lar de Educação Nova na Suíça” e “O material educativo na Escola Activa” – fizeram eco, pelo menos, nove jornais nacionais.

Quadro 2. Jornais portugueses que noticiam as conferências de Adolphe Ferrière, sob patrocínio da Junta de Educação Nacional, em Lisboa, Porto e Coimbra (Novembro de 1930)

Título de publicação	Dia
<i>A Voz</i>	06-XI-1930
	07-XI-1930
<i>Diário de Lisboa</i>	04-XI-1930
	06-XI-1930
<i>Diário de Notícias</i>	06-XI-1930
	07-XI-1930
	08-XI-1930
	16-XI-1930
<i>Novidades</i>	09-XI-1930
<i>O Jornal do Comércio e das Colónias</i>	05-XI-1930
	07-XI-1930
<i>O Povo</i>	07-XI-1930
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	22-XI-1930
	23-XI-1930
<i>O Século</i>	05-XI-1930
	06-XI-1930
	07-XI-1930
	08-XI-1930
	16-XI-1930
<i>República</i>	05-XI-1930

Fonte: AIC, Caixa 1226, Processo 1.

Entrevistado pelo *Diário de Lisboa* e *O Século*, e chegando a constituir notícia de primeira página, com direito a fotografia, Adolphe Ferrière obteve da imprensa portuguesa uma intensa cobertura da sua presença em Lisboa, Porto e Coimbra¹⁰⁶. Ideias por si defendidas nas conferências, como as referidas

¹⁰⁶ A título exemplificativo ver *O Século*, 05-XI-1930: 1, 6; *Diário de Lisboa*, 04-XI-1930: 7.

noções de que o saber memorizado não é saber verdadeiro, que o eixo da escola reside na personalidade do mestre ou a defesa de que este não deve reprimir os educandos pela violência nem com autoritarismo foram bem aceites e veiculadas por diversos jornais, com destaque para *O Século*¹⁰⁷. No confronto de posições, e concretamente perante a questão da coeducação da Escola Nova, o matutino *Novidades*, de orientação católica, assumiu uma postura oposta, criticando a actuação da Junta de Educação Nacional por entender que ao promover Ferrière instruiu a opinião pública com ideias educativas nefastas¹⁰⁸.

Estas divergências constituíam, no entanto, um vector fundamental justificativo do financiamento da Junta a categorizados representantes do pensamento contemporâneo. A confirmá-lo encontram-se as palavras do próprio Simões Raposo, que explicitamente defende:

Não compete à Junta impor, ou fazer sequer a propaganda de uma determinada doutrina religiosa, científica, filosófica ou pedagógica. Ninguém lhe encomendou uma tal tarefa nem lhe seria fácil dar conta de um recado dessa natureza: os próprios membros da Junta, como os restantes portugueses, como os cidadãos de qualquer País civilizado, não compartilharão certamente as mesmas opiniões e nem por absurdo se pode supor que pretendam infiltrar insidiosamente na sociedade que os rodeia uma certa ideia, com o intuito reservado de dominar as consciências.

O papel da Junta é muito diferente: fomentar a actividade intelectual, respeitando as tendências individuais; agitar no meio português as grandes correntes do pensamento que agrupam ou separam os homens cultos de todo o mundo, buscando pelo entrecocar das opiniões e por meio das controvérsias públicas, mantidas com elevação, a integração da sociedade portuguesa no movimento cultural contemporâneo, que não é evidentemente caracterizado pela harmonia mas pela livre discussão das ideias¹⁰⁹.

Esta defesa da “livre discussão das ideias” ou, no respeitante ao ensino, nomeadamente liceal, do espírito crítico – que a Educação Nova advogava – justificará ainda, aquando da presença de Adolphe Ferrière em Portugal, a introdução de dois artigos sobre a “Escola activa” na *Labor. Revista Bimestral do Liceu de José Estevão e Órgão Provisório do Professorado Liceal* (véase la fig. 5).

¹⁰⁷ *O Século*, 06-XI-1930: 9; *O Século*, 08-XI-1930: 7.

¹⁰⁸ AIC, Caixa 1226, Processo 1. Sobre o jornal *Novidades*, órgão oficioso do episcopado português, ver Remédios 2003: 9-28.

¹⁰⁹ Junta de Educação Nacional 1930: 14.

Independentemente da importância conferida à instrução da opinião pública portuguesa pelo intercâmbio de conferencistas e das críticas que as suas teses suscitam, a vinda de académicos estrangeiros a Portugal deverá, em última instância, ser interpretada como um meio de evidenciar a senda do progresso científico e pedagógico a que o país assistia (Lopes 2017b: 223). Nesse sentido, se a historiografia espanhola valoriza as impressões positivas que Adolphe Ferrière obteve das suas visitas a escolas, colégios e laboratórios em Madrid e Barcelona – onde sobressai, explícita ou implicitamente, a valorização da actividade da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas¹¹⁰ –, também em Portugal a mesma realidade ocorreu, apesar da novidade da Junta de Educação Nacional.

Deste modo, não apenas o acompanhamento atencioso que Simões Raposo concedeu a Adolphe Ferrière lhe suscitou interesse pela actividade da Junta de Educação Nacional – manifestado na leitura dos seus relatórios ainda em Portugal¹¹¹ – como, no respeitante às instituições a incluir no programa de visitas, desde os primeiros contactos entre Viana de Lemos e o 1.º secretário da Junta de Educação Nacional que se havia estabelecido o Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho como local de passagem obrigatória¹¹².

Dirigido por Faria de Vasconcelos, cuja obra *Une École Nouvelle en Belgique* havia sido prefaciada pelo próprio Ferrière¹¹³, e beneficiando em Fevereiro de 1930 de um financiamento da Junta de Educação Nacional, que lhe havia permitido enriquecer a sua biblioteca e adquirir material de laboratório, o Instituto de Orientação Profissional assumia-se como uma instituição pedagógica inovadora¹¹⁴. Consistindo, de acordo com o seu director, num

¹¹⁰ Marín Eced 1990: 230-232; Pozo Andrés 2003-2004: 317-346. Diversas impressões obtidas por A. Ferrière durante a sua estadia em Espanha estão registadas no seu diário (AIJRR, Fonds Adolphe Ferrière, AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 26 Novembre 1930-7 Décembre 1930).

¹¹¹ AIJRR, Fonds Adolphe Ferrière, AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 4, 7, 8, 9, 18 Novembre 1930. De acordo com Viana de Lemos, A. Ferrière lia espanhol, o que lhe permitiu ler os relatórios produzidos pela Junta de Educação Nacional (AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 6).

¹¹² AIC, Caixa 1226, Processo 1, Documento 3.

¹¹³ Vasconcelos 1915.

¹¹⁴ O subsídio da Junta, inicialmente de 8.000\$00, foi em Março de 1930 rectificado para 10.000\$00, o equivalente a 8.938,50€ em 2017 (AIC, Caixa 1259, Processo 29; INE, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Contas Nacionais, Núcleo de Estatísticas de Preços no Consumidor).

dos melhores institutos de orientação profissional da Europa, essa realidade explicará que alguns intelectuais europeus e americanos, nomeadamente espanhóis e chilenos, percepcionem o instituto como um modelo de que se deveriam apropriar os seus países de origem¹¹⁵.

Na sua visita a esta instituição, Adolphe Ferrière reconhece a importância da orientação profissional para a Escola Nova, por permitir colocar “the right man in the right place”¹¹⁶ e, em conformidade com a usual admiração que o Instituto de Orientação Profissional suscitava nos visitantes portugueses e estrangeiros, firma as suas impressões nos seguintes termos:

O futuro pertence aos países que tenham sabido estabelecer a orientação profissional dos seus filhos, partindo das aptidões de cada um. Estou maravilhado da variedade de aparelhos que vi neste Instituto. Faço votos para que, sob a direcção experimentada do meu velho amigo dr. Faria de Vasconcelos, a teoria e a prática dos ‘tests’ se difunda rapidamente em todo o país, para que colha os resultados que tem o direito de esperar¹¹⁷.

Ao materializar-se este reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido no Instituto de Orientação Profissional na publicação de um artigo sobre este instituto, em 1931, na revista *Pour l'Ère Nouvelle*, de que Adolphe Ferrière era editor-chefe¹¹⁸, a Junta de Educação Nacional rentabilizaria, por fim, a presença do pedagogo genebrino pela projecção internacional de Portugal como um país evidenciando traços de europeização científica e pedagógica.

Conclusão

Tradicionalmente entendido como um país de feição atlântica e colonial, rural, isolado e representando uma ruptura face ao cosmopolitismo herdado da I República, o Portugal dos anos trinta apresenta, no entanto, outras rea-

¹¹⁵ Ideia defendida, entre outros, por Pedro Isaac Rovira y Carreró, catedrático de Direito Penal da Universidade de Santiago de Compostela, e Gerardo Seguel, professor e poeta chileno, que visitam o Instituto de Orientação Profissional em 1930 (*Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho* 1931: 65-67).

¹¹⁶ Junta de Educação Nacional 1932: 219-222.

¹¹⁷ Impressões registadas no livro de visitantes do Instituto de Orientação Profissional em 15 de Novembro de 1930 (AIC, Caixa 1226, Processo 1). (Traduzido no original).

¹¹⁸ Vasconcelos 1931: 272-274.

lidades que enriquecem e densificam esta visão historiográfica dominante. Exemplificativo será atender à Junta de Educação Nacional, instituição estatal cuja criação e actividade entre 1929 e 1936 representa a concretização de propósitos republicanos pela Ditadura Militar e Estado Novo.

A influência exercida pela Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e pelo Fonds National de la Recherche Scientifique significa que, em sentido inverso à noção de um país desinteressado das questões continentais europeias, a Junta de Educação Nacional promove a europeização científica e pedagógica de Portugal. Na materialização desta política, a Junta financia a actualização e especialização dos professores e investigadores portugueses nas instituições europeias de nomeada, apoia a prossecução ou aplicação interna dos conhecimentos adquiridos no estrangeiro pela concessão de bolsas de estudo no país e pelo financiamento das instituições a que os bolseiros estavam filiados, e promove a inserção destes em redes internacionais de comunicação em ciência.

Aplicado ao ensino liceal, este *modus operandi* permite identificar, entre outras manifestações, a concessão de bolsas de estudo a professores de liceu em instituições como a École de l'Ermitage e o Institut Jean-Jacques Rousseau, o financiamento de participações activas de professores liceais em congressos pedagógicos internacionais, o patrocínio da criação de uma escola de ensaio pedagógico – o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica – e o financiamento da vinda a Portugal, no ano em que é aprovado o Acto Colonial, de um dos mais categorizados representantes da Educação Nova, Adolphe Ferrière.

Analisadas articuladamente, estas práticas científicas da Junta de Educação Nacional representam a materialização da filosofia da instituição para o ensino liceal, cuja crença na renovação, em complemento ou mesmo contraposição às reformas educativas, pode ser aferida na concepção de que “a escola valerá sempre o que valerem os mestres e as qualidades destes não mudam ao sabor das leis”. Quando se atende que a Ditadura Militar e o Estado Novo, nos seus alvares, decretam a extinção da escola herdada da I República, mas que sustentam uma instituição da natureza da Junta de Educação Nacional, somos remetidos para uma realidade complexa, paradoxal e na qual, em última instância, emerge uma nova agenda historiográfica para os liceus do Estado Novo – a investigação desenvolvida pelos professores liceais e sua profissionalização enquanto produtores de conhecimento.

Referências

Fontes arquivísticas

Archives Institut Jean-Jacques Rousseau.

Archivo de la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (http://archivojae.edaddeplata.org/jae_app/).

Arquivo Instituto Camões.

Biblioteca Geral da Universidade de Évora.

Biblioteca Nacional de Portugal.

Biblioteca Pública de Évora.

Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Contas Nacionais, Núcleo de Estatísticas de Preços no Consumidor.

Fontes impressas

Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho. 1931.

Ano III, números 10-13: 65-67.

Diário de Lisboa, ano 10.º, n.º 2936, 04-XI-1930.

Diário do Governo, I Série, n.º 156, 08-VII-1930.

ESTEVES, F. 1930. «Escola activa», *Labor. Revista Bimestral do Liceu de José Estevão e Órgão Provisório do Professorado Liceal*, ano V, n.º 27: 360-364.

FERRIÈRE, A. 1931. «Editorial», *Pour l'Ère Nouvelle*, n.º 64, págs. 2-3.

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. 1930. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1929-1930*, Lisboa, [s.n.].

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. 1931. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1928-1929*, Lisboa, [s.n.].

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. 1932. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1930-1931*, Lisboa, [s.n.].

LEMOS, Á. 1930. «O Dr. Adolfo Ferrière», *Seara Nova*, ano X, n.º 228: 181-182.

O Século, ano 50.º, n.º 17478, 05-XI-1930.

O Século, ano 50.º, n.º 17479, 06-XI-1930.

O Século, ano 50.º, n.º 17481, 08-XI-1930.

ROGERS, F. 1992. *Internationalism and the Three Portugals: the Memoirs of Francis Millet Rogers*, New York, Peter Lang.

VASCONCELOS, F. 1915. *Une École Nouvelle en Belgique* (pref. Adolphe Ferrière), Neuchâtel, Delachaux & Niestlé.

VASCONCELOS, F. 1931. «L'institut d'orientation professionnelle Maria Luísa Barbosa de Carvalho, à Lisbonne», *Pour l'Ère Nouvelle*, n.º 73 : 272-274.

VASCONCELOS, F. 2015. *Uma escola nova na Bélgica* (pref. Adolphe Ferrière; posf. e notas Carlos Meireles-Coelho), Aveiro, UA Editora.

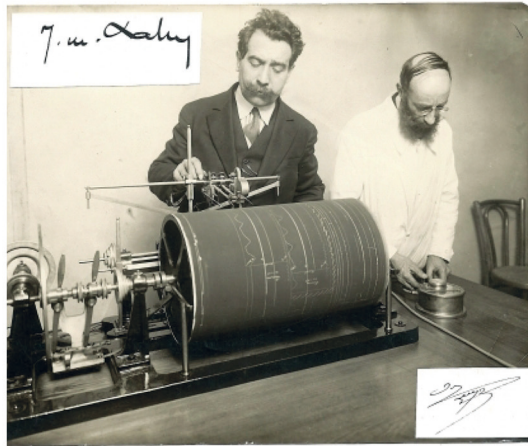
Bibliografia

- BARROSO, J. 2013. «Ensino Liceal», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (coord. Maria Fernanda Rollo), vol. I, A-E, Lisboa, Assembleia da República, págs. 1180-1184.
- CARVALHO, R. 1996. *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CATARINO, F. 2001. «Flávio Ferreira Pinto Resende (1907-1967). Desorganizado, mas Mestre», in *Memórias de Professores Cientistas: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1911-2001* (coord. Ana Simões), Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, págs. 78-89.
- COMAS RUBÍ, F. 2007. «Pensiones pedagógicas e innovación educativa en España. Aportaciones a un modelo de estudio a través del caso de Baleares», *Revista de Educación*, número extraordinário: 91-115.
- DINIZ, A. 2011. «José Júlio Rodrigues – Ensino da Química e Investigação Experimental». *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências (Coimbra 2011)*, Coimbra, págs. 309-331.
- FIGUEIRA, M. 2004. «A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional (Parte II)», *Pelotas*, n.º 15: 29-52.
- GAVROGLU, K. *et al.* 2008. «Science and Technology in the European Periphery: Some Historiographical Reflections», *History of Science*, XLVI: 153-175.
- GOMES, F. 2014. «Os municípios e a expansão do ensino liceal no Estado Novo», *Interações*, n.º 28: 68-84.
- GOODMAN, D. 1992. «Public Sphere and Private Life: Toward a Synthesis of Current Historiographical Approaches to the Old Regime», *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, vol. 31, n.º 1: 1-20.
- GOOTENBERG, P. 2007. «A Forgotten Case of ‘Scientific Excellence on the Periphery’: The Nationalist Cocaine Science of Alfredo Bignon, 1884-1887», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 49, n.º 1: 202-232.
- HAMELINE, D. 1993. «Adolphe Ferrière (1879-1960)», *Perspectives: revue trimestrielle d'éducation comparée*, vol. XXIII, n.º 1-2: 379-406.
- LOPES, Q. 2017a. «The National Education Board (1929/36) and scientific research in Portugal», *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 16, n.º 1: 71-85.
- LOPES, Q. 2017b. *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- MAINER, J. e MATEOS, J. 2007. «Los inciertos frutos de una ilusionada siembra. La JAE y la Didáctica de las Ciencias Sociales», *Revista de Educación*, número extraordinario, págs. 191-214.
- MARÍN ECED, T. 1990. *La Renovación Pedagógica en España (1907-1936). Los Pensionados en Pedagogía por la Junta para Ampliación de Estudios*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- MEDINA, J. 1995. «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo», in *História de Portugal* (dir. João Medina), vol. XII, Amadora, Clube Internacional do Livro, págs. 11-142.
- MELO, D. 2001. *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MEYER, M. 2008. «On the boundaries and partial connections between amateurs and professionals», *Museum and society*, vol. 6, n.º 1: 38-53.
- MONICO, R. 2005. *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, Genève, Société d'Histoire et d'Archéologie de Genève.
- NÓVOA, A. 1990. «Álvaro Viana de Lemos: Um Pedagogo da Educação Nova», *Arunce – Revista de Divulgação Cultural*, n.º 3-4: 51-107.
- NÓVOA, A. 1996. «Educação Nacional», in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, págs. 286-288.
- Ó, J. 1999. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa.
- PEREIRA, B. 2013a. *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 2.ª ed., Alfragide, D. Quixote.
- PEREIRA, M. 2013b. «A Escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o projecto ideológico do salazarismo», *Da Investigação às Práticas*, vol. 4, n.º 1: 59-81.
- POZO ANDRÉS, M.ª 2003-2004. «La Escuela Nueva en España: Crónica y Semblanza de un Mito», *Hist. Educ.*, n.º 22-23: 317-346.
- PROENÇA, M. 2009. «A educação», in *História da Primeira República Portuguesa* (coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-china, págs. 169-189.
- PROENÇA, M. 2013. «Ensino», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (coord. Maria Fernanda Rollo), vol. I, A-E, Lisboa, Assembleia da República, págs. 1142-1148.
- QUINTANILHA, A. 1967-68. «In Memoriam – Flávio Resende», *Portugaliae Acta Biologica*, vol. 10, n.º 1-2: V-XII.
- RAMOS, R. 2010. «O império colonial», in *História de Portugal* (coord. Rui Ramos), Lisboa, A Esfera dos Livros: 658-661.
- REMÉDIOS, M. 2003. «O jornal católico *Novidades*: sentido(s) do educar», *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 6: 9-28.
- RESENDE, F. 1962. «Reminiscing on my friendship with prof. E. Heitz», *Portugaliae Acta Biologica*, vol. 6, n.º 3-4: I-V.
- ROBERTS, L. 2009. «Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation», *Itinerario*, vol. 33, n.º 1: 9-30.
- ROSAS, F. 1994. «O Estado Novo (1926-1974)», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII, [s.l.], Editorial Estampa.
- SECORD, J. 2004. «Knowledge in Transit», *Isis*, vol. 95, n.º 4: 654-672.
- SERRA, I. 2011. «O discurso sobre as ciências em Portugal a partir dos finais do século XIX». *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências (Coimbra 2011)*, Coimbra, págs. 1372-1384.

- SERRÃO, J. 2000. *História de Portugal (1926-1935)*, vol. XIII, [S.L.], Editorial Verbo.
- STEBBINS, R. 1977. «The Amateur: Two Sociological Definitions», *The Pacific Sociological Review*, vol. 20, n.º 4: 582-606.
- TAVARES, C. 1967-68. «Vida e actividade científica do Prof. Dr. Flávio Ferreira Pinto Resende», *Portugaliae Acta Biologica*, vol. 9, n.º 1-2: I-LXIII.
- TEIXEIRA, N. 2010. «Breve ensaio sobre a política externa portuguesa», *Relações Internacionais*, n.º 28: 51-60.
- VALENTE, V. 1973. *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- WAGNON, S. 2013. *Ovide Decroly, un pédagogue de l'Éducation nouvelle (1871-1932)*, Bruxelles, Peter Lang.

INAUGURATION
LABORATOIRE de PSYCHOTECHNIQUE
de la S .T.C.R.P - (RATP) - 1924



Psychologue : J.M. Lahy
Ingénieur : Gaston Guyot

Figura 1. Laboratorio de Lahy. <http://arimep.org/index.php/2016/03/21/laboratoire-de-recherches-du-stcrp/nggallery/thumbnails>



Figura 2. Cartaz “A Lição de Salazar” (1938) . Cartaz de propaganda da série “A Lição de Salazar”, cujo ideário justifica que em 1938, nas vésperas da sua deslocação a Portugal, Francis Millet Rogers, investigador da Universidade de Harvard, se referisse ao país como representando “the exotic reminder of the world”. Apud Medina 1995: 24. Ver também Rogers 1992: 124.

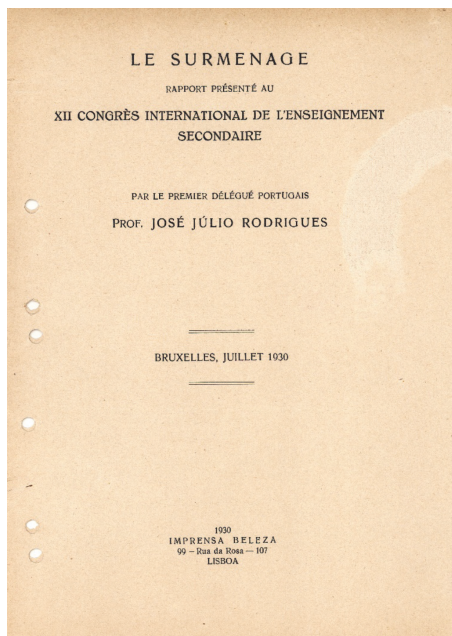


Figura 3. Capa do relatório “Le Surmenage” apresentado por José Júlio de Bettencourt Rodrigues ao XII Congresso Internacional do Ensino Secundário. Ao abordar as causas do “surmenage”, José Júlio Rodrigues destaca os exames como um instrumento aleatório de avaliação, referindo que os liceus portugueses são um bom exemplo de como essas provas “não provam nada”. Crédito do Instituto Camões (AIC, Caixa 0460, Processo 9).

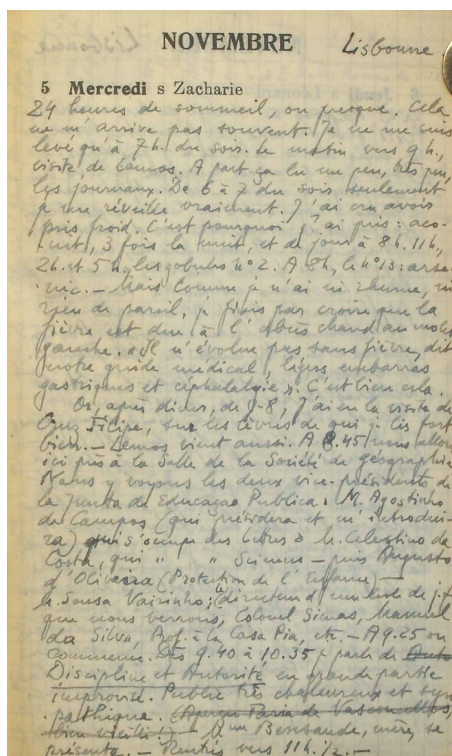


Figura 4. Diário de Adolphe Ferrière. Página do diário (“Petit Journal”) de Adolphe Ferrière de 5 de Novembro de 1930, onde o autor confidencia ter-se deparado, na sua primeira conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, com uma assistência muito calorosa e agradável. Crédito do Institut Jean-Jacques Rousseau (AIJRR, Archives Institut Jean-Jacques Rousseau, Fonds Adolphe Ferrière, AdF/D/2/3/6-8: Petit journal, 5 Novembre 1930).

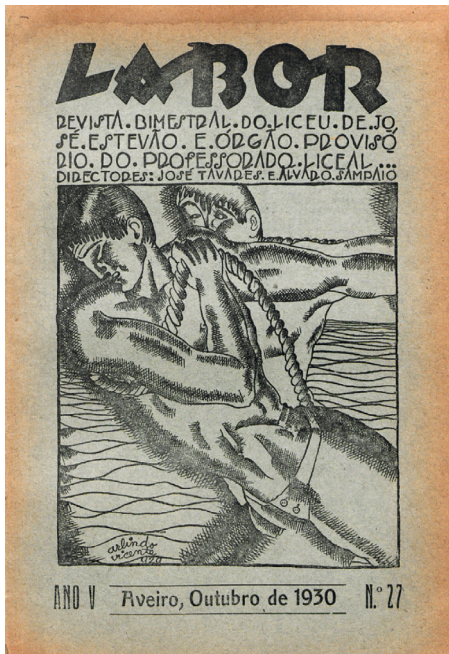


Figura 5. Capa da Revista Labor (Outubro de 1930). Na defesa da Escola activa, tema de conferências de Adolphe Ferrière em Portugal, o professor liceal Francisco de Sena Esteves refere que nesta Escola “o professor não cultiva o gosto do monólogo, ouvindo três ou quatro alunos ... enquanto o resto da classe brinca ou boceja... Pelo contrário, o professor moderno chama todos os dias todos os alunos à lição”, promovendo a “crítica e correcção” (Esteves 1930: 360). Crédito da Biblioteca Nacional de Portugal.

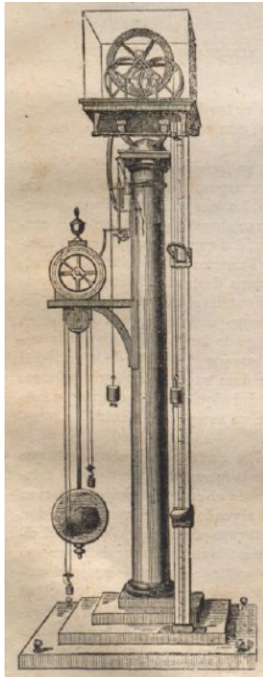


Figura 6. Rico y Sinobas y Santisteban, Manuel de Física y Química, Madrid, 1865, 30.

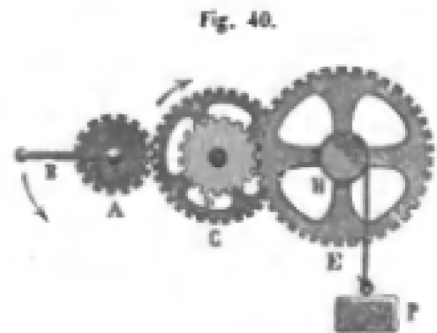


Figura 7. Rodríguez, Manual, 1858, 32.